

**ATA DA 296ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 09 E 10 DE FEVEREIRO DE 2004**

Aos nove e dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se no auditório do SEBRAE, em Natal/RN, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP. Sob a Presidência do Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, deu-se início aos trabalhos com a presença dos seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Cassio Castellarin, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Laurindo Dias Minhoto, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva e Rogério Etzel. Foi justificada, logo de início, a ausência dos Conselheiros Carlos Weis, César Oliveira de Barros Leal e Laertes de Macedo Torrens, por motivos de força maior. Com a confirmação de quórum, o Presidente declarou aberta a sessão, agradecendo a presença dos Conselheiros e das seguintes autoridades, convidando-os para comporem a mesa: Dr. Leonardo Arruda, Secretário de Justiça, representando a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Cláudio Manoel, Secretário de Defesa Social; Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Canindé de França, Secretário-Adjunto dos Assuntos Fundiários; Dr. Francisco Chaves dos Anjos, Procurador-Chefe da República e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado; Dr. Carlos Adel Teixeira Souza, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Natal/RN; Dr. Percílio de Souza Lima e Dr. Humberto Espínola, membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O Presidente agradeceu, ainda, a presença de: Cap. José Duets, Coordenador da Administração Penitenciária; Dr. Fábio Santos, Coordenador de Direitos Humanos; Dr. Roberto Monte, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania; Dr. Expedido Ferreira de Souza, Juiz das Execuções Criminais de Mossoró; Dr. Henrique Baltazar, Juiz de Direito da Comarca de Caicó; Dr. Eduardo Cavalcante, Promotor de Direitos Humanos; Dr. Marcos Dionísio, Ouvidor-Geral; Dr. Geraldo Soares Vanderlei, da Pastoral Carcerária do Rio Grande do Norte; Dr. Eduardo Medeiros, Promotor de Justiça; Dr. Genivaldo de Souza Figueiredo, Procurador de Justiça; Dra. Elisa Nasser, Coordenadora do Fórum das Mulheres; Dra. Moema Andrade Pinheiro, Promotora de Direitos Humanos e Cidadania do Rio Grande do Norte; Dra. Zenilde Alves Machado, Promotora de Justiça; Dr. José Braz Paulo Neto, Promotor de Justiça; Dra. Cynthia da C. Negritos, Procuradora de Justiça e Joanilson de Paula Rego, Presidente da OAB estadual. O Presidente disse da honra de realizar a reunião em Natal/RN e esclareceu que o Conselho, rotineiramente, visita as unidades federativas com o objetivo de colocar-se à disposição das autoridades visando a encontrar respostas aos problemas que afligem o sistema penitenciário. No que diz respeito à vinda do Conselho ao Rio Grande do Norte, essa se deveu à preocupação da Comissão, de que fazem parte um representante da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos e um membro do CNPCP (o 1º vice-Presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos), constituída com o fito de apurar denúncias veiculadas pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Com a palavra, o Dr. Fernando Batista Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça, cumprimentou o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, os demais Conselheiros e todas as autoridades presentes. Em seguida, fez uma explanação acerca de uma série de questões pertinentes ao sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte, afirmando que, com certeza, desta reunião deverão advir resultados práticos no sentido de melhorar a política de execução penal e a segurança pública do Estado. Disse que, no que toca aos temas a serem discutidos, as

autoridades presentes são os principais atores do processo de execução penal do Estado. Existem problemas tanto no campo da execução penal como no da segurança pública, os quais são bastante sérios. Disse que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, dentro de suas atribuições, será sensível a estas problemáticas, tendo possibilidade de sugerir e orientar na busca de alternativas para os problemas. Mencionou os três problemas básicos do Estado, nesta área: as delegacias policiares se transformaram em presídios e estão com superlotação de presos que aguardam julgamentos, havendo, inclusive, casos de alguns já condenados, com sentença transitada em julgado, o que é, a desdúvidas, uma distorção inaceitável. Outro fato grave é a utilização de policiais civis no papel de carcereiros, os quais deveriam, sim, investigar crimes. Em seguida, apresentou o relatório da Ouvidoria da Secretaria da Defesa Social, o qual informa que apenas 13% dos homicídios chegam ao Judiciário, gerando um clima de impunidade. O inquérito não é instaurado, pois os policiais estão exercendo outra função. Disse, ainda, que os poucos estabelecimentos prisionais existentes não comportam o grande número de condenados e presos provisórios. Falou que, há muito pouco tempo, iniciou-se uma política de execução penal mais séria. Acrescentou, ainda, que existem dois presídios formalmente inaugurados, mas que não recebem nenhum preso, sendo que em um deles o muro simplesmente não foi erigido. O Dr. Leonardo Arruda, ao assumir a pasta da Secretaria da Justiça, determinou a construção de uma cerca para dificultar a fuga dos presos. O Estado vem investindo bastante na contratação de pessoal e na compra de viaturas. Disse que a Penitenciária de João Alves não tem a mínima condição de permanecer funcionando, existindo uma proposta da Coordenadoria de Direitos Humanos de não receber mais presos até que seja desativada. A outra situação diz respeito a um condenado que já trouxe ao Estado a presença de Conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. Assegura que dita situação parece transcender todos os limites dos poderes locais, convertendo-se num fato de repercussão nacional. Descreveu que o condenado é um ex-policia civil que cumpre pena em uma delegacia de polícia, da qual possui a chave da cela, saindo a qualquer hora. Falou, ainda, que recebeu um documento referente a uma ameaça que o condenado fez à junta médica do Estado no intuito de obter um laudo psiquiátrico que favorecesse sua aposentadoria. Comentou, ainda, que um promotor de justiça já foi ameaçado publicamente por esse cidadão. Indagou qual é o real motivo pelo qual ele ainda não se encontra preso. Fez ver que esse já foi flagrado com bebida alcoólica e mulheres dentro da cadeia e que o Estado não toma providências. Disse que espera, nesta reunião, onde se encontram várias autoridades, que se encontre uma solução para o problema. E que o condenado cumpra a sua pena numa penitenciária de regime fechado, conforme a sentença e que a Secretaria de Justiça garanta o espaço para seu cumprimento. Diz não ver dificuldades práticas neste caso. Em síntese, a superlotação das delegacias, a falta de alas nos presídios para recolhimento de ex-policiares condenados e a carência de controle na instauração de inquéritos policiares que envolvam homicídio: eis os principais problemas. Agradeceu a oportunidade, desejando sucesso à reunião. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu a manifestação que, com objetividade, indigitou os principais problemas que afligem as autoridades do Estado do Rio Grande do Norte. Passou a palavra ao Secretário de Defesa Social, Dr. Cláudio dos Santos, que cumprimentou, inicialmente, os colegas advogados, o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Presidente do CNPCP; o Dr. Joilson de Paulo Rego, Presidente da OAB - Seção do Estado do Rio Grande do Norte, e o Dr. Fernando Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça e a todos os promotores,

magistrados, conselheiros, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis e demais associações, Dr. Marcus Dionísio, Ouvidor da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, o Colega Secretário que estava na mesa e demais autoridades. Comunicou que tem um comportamento extremamente transparente relativamente às questões discutidas e concordou de pleno com as manifestações do Ministério Público, expostas pelo Dr. Fernando Vasconcelos, afirmando que não tem como discutir os números apresentados pela Ouvidoria de Segurança Pública e Defesa Social. O fato, disse, é que se trabalhou muito para o sistema penitenciário voltar a pertencer à Secretaria de Segurança e Defesa Social e não à Secretaria de Justiça, mas no início do ano isso não se tornou realidade. Acrescentou que achava indigna a situação dos presos no Estado, recusando-se, muitas vezes, ir a uma delegacia onde se encontram amontoados em condições desumanas. Falou que o caso não é isolado, que isso ocorre também em outros estados e que se deve trabalhar para efetivar mudanças. Comentou que inaugurou duas penitenciárias quando o sistema penitenciário fazia parte de sua Secretaria, e contratou agentes penitenciários, faltando, apenas, a guarda externa dos presídios. Disse, ainda, que, com o advento da reforma da previdência, mais de 300 policiais passaram para reserva, o efetivo é muito pequeno e não tem condições de transferir os policiais das ruas para a guarda externa dos presídios. Retirar os presos das delegacias não solucionará, de imediato, a questão, pois existem mais de 100 flagrantes a cada mês no Estado. Isso significa ter três novas penitenciárias a cada ano. Agregou, ainda, que encaminhou ao Ministério da Justiça três pedidos de construção de presídios, sendo dois para presos provisórios e um de segurança máxima, mas só prometeram uma construção, posto que os recursos orçamentários do governo federal seriam insuficientes para essa finalidade, não havendo condição de construir-se um novo presídio em cada Estado. Concernentemente ao preso em questão, parece existir uma decisão judicial para o cumprimento de sua pena na delegacia e, visto que há vários apontamentos sobre a situação irregular do mesmo, cabe apenas a responsabilidade de encaminhar os nomes dos policiais que facilitam essas irregularidades à Corregedoria para que possam responder por seus atos. Em conversa com o Secretário de Justiça solicitou que uma ala do presídio receba os presos oriundos da polícia civil ou militar. Por fim, aduziu que o Governo do Estado está apoiando o esforço de enfrentamento dos problemas mencionados, agradecendo e justificando a sua saída a fim de participar da reunião dos Secretários. O Presidente do CNPCP agradeceu a presença e as palavras do Secretário, dizendo que é uma manifestação comum a todos que se vêem diante do angustiante problema da superlotação do sistema penitenciário, especialmente das delegacias de polícias. Enquanto a visão de combate ao crime for exclusivamente repressiva, não haverá solução para o problema. No dia em que as autoridades e a sociedade entenderem que o combate ao crime se dá principalmente combatendo as suas causas, aí sim, teremos uma luz no fim do túnel. Passou, então, a palavra ao Juiz da Vara de Execuções Penais de Natal, Dr. Carlos Adel, que cumprimentou a todos os presentes e informou que está à frente da Vara de Execuções desde dezembro de 1997 e teve oportunidade de vivenciar os problemas penitenciários do Estado. Disse que o Estado possui, em sua estrutura, cinco estabelecimentos penitenciários, um presídio feminino e outro que tem dependências destinadas à população feminina, localizado na cidade de Caicó. Fez ver, ainda, que as prisões são destinadas ao regime fechado, quando se sabe que mais de 70% das condenações ocorrem para o regime semi-aberto, causando um grande embaraço no recolhimento dessas pessoas, e, também, na hora da progressão do regime fechado para o semi-aberto. Falou da qualificação do pessoal para atuar nos estabelecimentos, da carência médica, e da inexistência de orientação para o tratamento dos

presos por uso e tráfico de drogas. As direções dos estabelecimentos são entregues a cargos de confiança, geralmente não preparados para a função. Comunicou, ainda, que por questões éticas e respeito às partes, não discutirá fora dos autos qualquer que seja a decisão adotada quanto a qualquer preso, máxime um agente de polícia preso numa delegacia. Não existe no sistema penitenciário do estado nenhuma dependência destinada a policiais ou ex-funcionários da justiça, depositários infiéis e devedores de alimento, o que causa terríveis embaraços aos juízes da Vara de Família e da Justiça do Trabalho. Falou da necessidade urgente da construção de estabelecimentos ou a separação, nos existentes, de locais próprios para o recolhimento desses indivíduos. Comunicou, ainda, a existência de um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, que funciona como uma enfermaria melhorada. Existem 696 presos fugitivos cadastrados na Vara de Execução Penal da cidade de Natal/RN, fora os recolhidos em delegacias e os condenados diariamente. Disse que o Ministério da Justiça não renovou um dos mais importantes projetos da política penitenciária, as penas alternativas. Estão tentando, junto aos parlamentares federais, buscar uma forma de liberar recursos para todas as Centrais de Penas Alternativas. Solicitou que o Presidente do CNPCP converse sobre o assunto com o Senhor Ministro de Estado da Justiça, pois a aplicação das penas alternativas é essencial para a continuidade do trabalho iniciado no Estado. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira pontuou, no tocante às penas alternativas, que o Conselho tem um apreço enorme pela questão, pois conta com membros que trabalham diretamente com esse objeto, nos Estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e outros. É um assunto discutido nas reuniões, entendendo ser um caminho a percorrer-se para a minimização dos problemas penitenciários. Portanto, a solicitação feita será acolhida. Passou a palavra ao Dr. Francisco Chaves, Procurador-Chefe da República e Presidente do Conselho Penitenciário do Estado, que, após cumprimentar a todos, enalteceu a preocupação do CNPCP em realizar uma audiência para tratar de assuntos referentes ao sistema penitenciário do Estado. Falou, ainda, da realidade do Conselho Penitenciário estadual que se ressentia da falta de uma estrutura de apoio, sabendo ser esta, também, a realidade de outros Estados. Elogiou a posição do Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, na sua maneira de falar claramente sobre a situação do Estado, cobrando responsabilidades do Estado como um todo. Por fim, manifestou sua preocupação com as alterações trazidas na Lei nº 10.792/2003, sabendo-se da posição do Conselheiro Maurício Kuehne. O Presidente agradeceu e comunicou que, à tarde, será examinado o estudo elaborado pelo Conselheiro Maurício Kuehne da Lei nº 10.792/2003 que altera a Lei nº 7.210/84. Passou a palavra ao Secretário Adjunto dos Assuntos Fundiários e Reforma Agrária, Dr. Canindé de França, que, após saudar a todos os presentes e manifestar sua alegria em participar da reunião, disse que a Secretaria vem estreitar as relações institucionais e possibilitar uma discussão sobre todas essas questões. Falou, enquanto Secretário, que um dos problemas enfrentados são os conflitos no campo, solicitando apoio para que se crie no Estado um Centro de Gerenciamento de Crises e de Conflitos Sociais, um instrumento de mediação e respeito das instituições e prevalência da vida e da dignidade. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Secretário de Justiça, Dr. Leonardo Arruda, que, neste ato, está representando a Governadora do Estado. Com a palavra, o Dr. Leonardo Arruda saudou a todos, justificando a ausência da Governadora Wilma Faria, que mandou um abraço, pois o Estado passa por uma situação difícil, devido às chuvas, sendo decretado, em muitos municípios, estado de calamidade pública. Asseverou que, no ano passado, ocorreu situação inversa, o problema foi a seca. Falou da transferência do sistema penitenciário para a Secretaria de Justiça e que

o problema de assistência médica, mencionado pelo Juiz da Vara de Execuções, vem sendo sanado. Falou sobre a desmilitarização do sistema penitenciário e da nomeação para a direção dos novos presídios, de acordo com a Lei de Execução Penal, de pessoas ligadas às áreas humanísticas. Os diretores das penitenciárias são pedagogos e os advogados, assistentes sociais. Disse, ainda, que duas das metas da Secretaria de Justiça é desativar a Colônia Agrícola João Chaves e humanizar as prisões. Falou, ainda, que através de convênio com o Ministério da Justiça, foi realizado o Mutirão de Execuções Penais, que possibilitará um aumento de vagas no Sistema. Falou que serão inauguradas duas penitenciárias: a de Parnamirim, com 250 vagas, e um presídio em Caraúbas, com 100 vagas. Ponderou que houve falta de investimento e que o Governo Federal criou o Sistema Único de Segurança Pública, fazendo investimentos na área, esquecendo-se do sistema penitenciário. Quando começarem as ofertas de vagas e a volta dos convênios para aplicação das penas alternativas, ter-se-ão condições de atendimento aos presos das delegacias. Disse que, no Estado, não existe superpopulação carcerária; o que há é má acomodação por conta da Penitenciária João Chaves. Falou, ainda, que todas as cozinhas das penitenciárias do Rio Grande do Norte foram desativadas, sendo contratada, de forma emergencial, uma empresa do Estado do Rio de Janeiro para fornecer alimentação a todos os presídios do Estado. Atualmente, a Secretaria reativou a cozinha da penitenciária de Alcaçuz para produzir alimentos para 300 apenados. Por fim, falou que vem realizando um trabalho de reestruturação da cozinha industrial, projetos para atendimento aos familiares dos apenados e dos egressos e a humanização do sistema prisional, tudo em busca da ressocialização do detento. O Presidente agradeceu e desejou ao Secretário de Justiça uma gestão coroada de pleno êxito, colocando o Conselho à disposição para auxiliar no alcance dos objetivos. O Secretário de Justiça, Dr. Leonardo Arruda, pediu novamente a palavra para esclarecer a questão que o Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, levantou a respeito de alguns policiais condenados que se encontram nas delegacias, afirmando que já está sendo providenciado um local para o provisório feminino, podendo-se, assim, verificar o número real de presos da polícia civil e militar, separando uma ala no local. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que causou estupefação ao Conselho o relatório da Comissão constituída por dois membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, afirmando que um dos presos sai da delegacia de polícia e transita pelas ruas da cidade de Natal/RN. A questão da existência ou não de lugar próprio para acolher ex-policiais é uma questão interna que, evidentemente, as autoridades locais saberão resolver. O grande conflito em relação a estes presos é o de não cumprirem a pena, seja dentro de delegacia ou do sistema penitenciário. Fez ver que o motivo de o Conselho reunir-se na cidade de Natal/RN é para tentar resolver essa situação vergonhosa para todo o sistema penitenciário brasileiro. O Ministério da Justiça e o CNPCP sentem-se atingidos com essa denúncia. O Presidente abriu a palavra aos presentes. Com a palavra, o Dr. Marcos Dionísio, Ouvidor da Secretaria de Segurança da Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte, dentro dos assuntos que poderiam discutir e considerando o aspecto do conclave, falou da falência do sistema penitenciário, não só pelo imenso número de foragidos, como também pelo fato de que alguns condenados ao regime fechado não cumprem pena. Comentou a falta de investimento no sistema, assinalando que as penas alternativas deveriam ser cada vez mais estimuladas e aplicadas. Sobre o caso do ex-policial civil que tem privilégios, disse ser uma vergonha para o Estado, requerendo providências das autoridades competentes. Com a palavra, o Sr. Geraldo Vanderlei, da Pastoral Carcerária da CNBB, falou do trabalho que

vem sendo realizado e das situações das penitenciárias. Com a palavra, o Presidente da OAB-Secção Rio Grande do Norte, Dr. Joanilson de Paulo Rego, cumprimentou o Presidente da mesa e as demais autoridades e falou dos condenados em delegacias, da superpopulação dos presídios, das mulheres condenadas em locais não apropriados. Por fim, colocou-se ao dispor para a realização de mutirões de execução penal, felicitando a todos pela realização desta reunião e, principalmente, ao Presidente, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, ex-presidente da OAB-Secção São Paulo, com atuação primorosa. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Dr. Eduardo Cavalcanti, Promotor de Justiça da Comarca de Natal, que falou sobre o Presídio Dr. João Chaves, apresentando um relatório de perícia, realizado pelo CREA, pelo Corpo de Bombeiros e pela Saúde Pública, descrevendo a situação caótica do presídio. Solicitou a desativação imediata do mesmo. Após várias manifestações, o representante do Ministério Público do Estado rogou que as autoridades locais presentes, como o Juiz da Vara e o Secretário de Justiça, resolvam o problema. O Presidente consignou que esse é o desejo do Conselho, passando a palavra à Dra. Elisa Nasser, Coordenadora do Fórum das Mulheres, que cumprimentou a todos e falou da solicitação de um presídio feminino, pois, atualmente, ocupam uma delegacia de polícia e uma ala da Penitenciária Dr. João Chaves e que existem várias denúncias que não gostaria de relatar. Solicitou ao Secretário de Justiça que o prédio em reforma para receber os presos procedentes das delegacias de polícia seja destinado às mulheres. Por fim, parabenizou o trabalho realizado pela Dra. Moema de Andrade Pinheiro, Promotora dos Direitos Humanos. O Presidente agradeceu e passou a palavra à Dra. Moema de Andrade, que saudou a todos e falou sobre um grave problema que é a existência de uma ação civil pública já ajuizada, com vistas a que a maioria das delegacias da cidade de Natal/RN seja interditada. Disse, também, que, só no ano passado, foi criada a Defensoria Pública e existem presos sem assistência jurídica bem como médica, além de uma sofrível estrutura física, sugerindo que o Presídio de Parnamirim seja utilizado para os presos condenados e presos provisórios de alta periculosidade que ocupam as delegacias. Com a palavra, o Dr. Henrique Baltazar, Juiz da Vara de Execuções de Caicó/RN, esboçou a situação da penitenciária de sua cidade, reclamando do trabalho da Pastoral Carcerária que não conhece a realidade e fica falando inverdades sobre a existência de cela de segurança. Referiu a existência do Conselho da Comunidade e solicitou que se incentive a sua criação nos Estados e que os Juízes das Execuções as instalem. Com a palavra, o Dr. José Duets, Coordenador da Administração Penitenciária, saudou a todos e comentou um dos objetivos da reunião, a saber: o de verificar a situação de 42 presos em regime fechado que estão saindo para trabalhar em obras públicas com a autorização dos diretores dos estabelecimentos. Não se pode correr o risco de retirar esses presos do trabalho e colocá-los na Penitenciária Dr. João Chaves. Disse que o sistema penitenciário é um sistema novo e que passa por problemas como outro qualquer. Fez ver que, infelizmente, não são divulgados os trabalhos realizados com sucesso. Com a palavra, a Dra. Wilma Marinho Cezar, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Rio Grande do Norte, saudou a todos e falou das irregularidades dentro das delegacias e o desvio de função dos policiais, realizando trabalho de carcereiro. Solicitou ao Secretário de Justiça que tome providências, pois o local de presos é em penitenciária e não em delegacia. Indagou das verbas destinadas ao Estado, utilizadas sem um acompanhamento. A Penitenciária de Parnamirim não teve, até o momento, condição de utilização, sendo que existe um relatório do Ministério da Justiça, informando que o estabelecimento está de acordo com as normas pré-estabelecidas. Por último, fez um apelo para que o dinheiro público seja bem administrado e que o sistema

se responsabilize pelos presos e não transfira a responsabilidade para a Polícia Civil. O Presidente agradeceu, sensibilizando-se com o problema. Com referência às verbas, o Conselho tem-se empenhado, junto ao DEPEN/MJ, para que essas sejam enviadas através do sistema de medições, ou seja, se estiver sendo adequadamente utilizada para reformas ou construções a outra parcela, será liberada; caso contrário, não. O CNPCP não tem poder nas destinações da verba, mas pode interferir junto ao DEPEN/MJ para a sua liberação em atenção às normas e diretrizes do Conselho. Após várias manifestações, o Presidente agradeceu e passou a palavra aos Membros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Com a palavra, o Dr. Percílio de Souza Lima cumprimentou a todos os presentes e agradeceu o convite para participar da reunião. Disse que, após a realização de uma reunião para atender uma diligência, solicitada pelo CDDPH com a participação do Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, membro do CNPCP, vem solicitar que seja tomada uma solução satisfatória no cumprimento da pena do ex-policia, no Estado do Rio Grande do Norte ou fora dele. Desejou que saia algum resultado desta reunião. Com a palavra, o Dr. Humberto Espínola cumprimentou a todos e complementou as palavras do amigo que o antecedeu, justificando a ausência do Presidente do CDDPH. Indagou a opinião do Juiz Carlos Adel Teixeira Souza, Juiz da Vara de Execuções Criminais, que, pela natureza de sua função, não pode divulgar casos individuais. O Presidente agradeceu e disse que a solução se deve à Secretaria de Justiça e ao Juiz da Vara e que, até o momento, não ouviu de nenhuma autoridade qualquer tipo de providência para responsabilizar o delegado guardião deste preso ou seu superior, pois, quando um preso sai da delegacia a qualquer hora e ninguém é punido, algo está errado. Passou a palavra ao Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos que cumprimentou a todos e comentou que se sentiu pressionado pelo episódio recente, vivenciado pelo Conselho, e não gostaria que se repetisse. No final do ano de 2001, foi realizada uma reunião em São Paulo/SP, na qual estava presente o Juiz da Vara de Execuções da cidade de Vitória/ES, acompanhado da Polícia Federal, pois estava ameaçado por pessoas que deveriam estar presas. Passado alguns meses, o Conselho, reunido em Fortaleza/CE, com a presença do Senhor Ministro de Estado da Justiça, teve a reunião interrompida com a notícia do assassinato do Juiz. Disse que as pessoas que lutam pela justiça acabam perdendo sua própria vida. Por fim, concitou a que se refletisse sobre o caso. O Presidente achou oportuna a manifestação e fez um apelo para que o ex-policia civil não saia da delegacia ou que vá para um lugar mais seguro. Com a palavra, o Juiz Carlos Adel Teixeira Souza disse estar preocupado, também, desde que o processo chegou à Vara de Execuções Penais, com a integridade física do preso, pois o mesmo tem inúmeros inimigos no sistema penitenciário, e que, no futuro, não venha a ser responsabilizado por tê-lo colocado no sistema penitenciário. Já solicitou auxílio ao Comandante da Polícia Federal. Até o momento, não houve nenhuma sugestão para que o mesmo cumpra pena em estabelecimentos de Estados vizinhos com ala para policiais. Por fim, deixou claro que está aberto a sugestões. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira passou a palavra ao Dr. Fernando Batista de Vasconcelos, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, que falou sobre o corporativismo existente no sistema e comunicou que o ex-policia já esteve preso no Quartel da Polícia Militar, e não tinha essas regalias, mas que causou tantos problemas que o Comandante o transferiu. Foi categórico ao afirmar que a execução não vem sendo aplicada de forma correta e que o ex-policia ainda recebe dos cofres públicos como Agente da Polícia Civil, com uma ficha funcional mais limpa do que qualquer outro policial que cumpre seu dever corretamente. Acredita que continuará como está, pois o Estado não tem condições de assumir seus atos. Com a palavra, o Conselheiro

Frederico Guilherme Guariglia perguntou se o preso em questão requereu aposentadoria, estranhando que ainda perceba seus vencimentos. O Presidente encerrou, então, a audiência, agradecendo ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Magistratura, ao Executivo na pessoa do Secretário de Estado da Justiça, aos membros da Polícia Civil, Militar e Federal e ao Presidente da Ordem dos Advogados e, em nome do Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, colocou o Ministério da Justiça à disposição. Em seu nome pessoal e na qualidade de Presidente do Conselho, disse que essa será a reunião da solução e que tomará as providências junto ao Ministério da Justiça. O Presidente Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira propôs um Voto de Louvor ao Conselho pela sua posição diante da audiência pública. Dando seqüência à pauta de reunião, foi apreciada a ata da 295ª Reunião Ordinária do CNPCP, aprovada com as alterações apresentadas pelo Conselheiro César Oliveira de Barros Leal. Em seguida, passou-se à fase das comunicações. Com a palavra, o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva comunicou a eleição, em 25 de janeiro de 2004, e a posse, em 01 de fevereiro de 2004, da nova Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, composta pelos advogados Drs. Roberto Antonio Busato (Presidente), Aristoteles Atheniense (Vice- Presidente); Raimundo Cezar Britto Aragão (Secretário-Geral), Ercílio Bezerra de Castro Filho (Secretário-Geral Adjunto) e Vladimir Rossi Lourenço (Diretor-Tesoureiro). Propondo que fosse registrado em ata, Voto de Congratulações do CNPCP, aos ilustres dirigentes daquela Entidade. Aprovado, à unanimidade. Com a palavra, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos, noticiou que, por recomendação da Presidência, representou o Conselho na reunião do CDDPH, na oportunidade em que foi aprovado o relatório da Comissão, da qual fez parte. Comunicou que o Presidente do CDDPH não pôde participar das reuniões e transmitiu saudações aos participantes. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia agradeceu o recebimento do livro do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos. Disse, ainda, que recebeu da Secretaria do Conselho uma correspondência, na qual estava anexada uma comunicação do DEPEN/MJ acerca de devolução dos comprovantes de passagens aéreas; assinalou que, com a adoção dos tíquetes, fica mais difícil atender a essa exigência. Solicitou que se requeira a presença do Diretor do DEPEN/MJ na próxima reunião, justificando, assim, que o Conselho tem atas publicadas no Diário Oficial da União e os atos publicados têm valor, e, ademais, assinam a lista de presença das reuniões. O Presidente do CNPCP comunicou que recebeu um documento, enviado pelo Diretor do DEPEN/MJ, anexando o relatório da Controladoria-Geral da União relativo aos procedimentos operacionais referentes à concessão de diárias e passagens que acusa certas impropriedades. O Presidente solicitou que, após a realização das reuniões, a Secretaria envie a ata da reunião e a lista de presença ao DEPEN/MJ. O segundo ponto é a devolução das diárias ao DEPEN/MJ caso o Conselheiro não compareça à reunião, e que apenas nesta reunião as diárias foram pagas antecipadamente. O Presidente solicitou que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos fale com o Diretor do DEPEN/MJ e que seja efetuado o pagamento das diárias após a realização da reunião. O Presidente comunicou, ainda, que o processo das carteiras de identificação dos Conselheiros se encontra com o Diretor do DEPEN/MJ, com um parecer contrário de um outro Departamento. Solicitou que o Dr. Vetuval Martins Vasconcelos fale, também, sobre o assunto. O Conselheiro Cassio Castellarin falou a respeito da reunião programada para o meio do ano no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando que seja planejada com antecedência. O Presidente advertiu que dita reunião deve ser realizada nos moldes desta, convidando autoridades locais para que se possa ter um raio-x do sistema penitenciário local. Disse, ainda, que gostaria que fosse

realizada uma reunião conjunta com os Secretários de Estado da Justiça para conhecer a situação dos Estados e, assim, discutir com o Senhor Ministro da Justiça, a Secretária Nacional de Justiça e o Diretor do DEPEN/MJ e, deste encontro, elaborar um documento com linhas mestras para uma Política Penitenciária eficiente. O Conselheiro Maurício Kuehne propôs que essa reunião fosse realizada em julho. O Presidente colocou em votação, sendo aprovada, à unanimidade. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia propôs que o Prêmio do VIII Concurso Nacional de Monografia do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária seja entregue na cidade de Belo Horizonte/MG, fazendo-se, assim, uma homenagem ao ex-Presidente, Dr. Ariosvaldo de Campos Pires. O Presidente disse que a reunião de abril será realizada no Estado de Pernambuco e que serão convidadas as autoridades locais para que ocorra em forma de audiência pública, cumprindo efetuar-se uma visita às prisões. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia referiu-se à Resolução onde consta que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana deve realizar visita aos estabelecimentos penitenciários juntamente com o CNPCP. O Presidente disse que verificará essa resolução. Passada à fase das proposições, com a palavra, o Dr. Maurício Kuehne propôs a remessa das diretrizes elaboradas pelo Conselho a todos os membros do Congresso Nacional. O Presidente submeteu ao plenário, sendo aprovada, à unanimidade. Dando continuidade, apresentou a reestrutura das Comissões de Visitas de Inspeções no Sistema Penitenciário. Após várias manifestações, foi aprovada a resolução. O Presidente solicitou que os Conselheiros agendem suas visitas e que as façam. Dando prosseguimento à pauta, o Presidente passou ao item da homologação dos Candidatos Classificados no VIII Concurso Nacional de Monografias do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - 2003. Tema: Violência e Mídia: Prevenção e Repressão. Prêmio – Ariosvaldo de Campos Pires, que teve 52 trabalhos analisados. Os classificados foram: em primeiro lugar - ANDERSON LUIZ ALMEIDA ANDRADE, pseudônimo Hérmis - estudante da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas – AGE; em segundo lugar - CYNTHIA CRISTINA DE CARVALHO E SILVA, pseudônimo Artemisa - estudante da Universidade de Brasília; em terceiro lugar - CARLOS ROBERTO RODRIGUES BATISTA, pseudônimo Mir Mídium - estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. No que pertine às Menções Honrosas (4º e 5º lugares) foram classificados: em quarto lugar – DIEGO CUSTÓDIO BORGES, pseudônimo Senhor X - estudante da Universidade Federal de Goiás; em quinto lugar – ALEXANDRE AUGUSTO DIAS RAMOS HUFFELL VIOLA, pseudônimo Jaguar - estudante da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Presidente parabenizou os Conselheiros pelos trabalhos efetuados e pediu que refletissem sobre o tema do próximo concurso. Na sequência da pauta, foi apreciado o estudo sobre a Lei nº 10.792/2003, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1994 - Lei de Execução Penal, elaborado e apresentado pelo Conselheiro Maurício Kuehne. Após a apresentação e várias manifestações, o Presidente agradeceu ao Conselheiro Maurício Kuehne pelo trabalho. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo GM/MJ n.º 08000.000002/00-93. Assunto: Internos das Penitenciárias Jonas Lopes de Carvalho e Dr. Serrano Neves, apresentam reivindicações. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pelo encaminhamento dos autos aos Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção dos estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ n.º 08037.000059/2002-62. Assunto: Relatório dos trabalhos referentes ao exercício de 2001. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira:

pelo encaminhamento dos autos aos Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção dos estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo MJ/SAL nº 08027.000571/2003-17. Assunto: PL nº 287/2003, da Deputada LAURA CARNEIRO. Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual. Parecer da Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira: pela aprovação do PL. Rejeitado, à unanimidade. **4)** Processo SNJ/MJ nº 08015.000152/2003-14. Assunto: Coordenador da Comissão dos Direitos Humanos na Seção da OAB/SP solicita que forneça cópias da fita dos depoimentos com relação aos presidiários: Marcos Massari; Ronnie Clay Chaves, Rubens Leôncio Pereira e Gilmar Leite Siqueira. Parecer do Conselheiro Laurindo Dias Minhoto: atendimento às informações contidas nos autos. **5)** Processo SAL/MJ nº 08027.000327/2003-46. Assunto: PL 854/2003, do Deputado JOSÉ DIVINO. Altera dispositivos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos, bem como inclui inciso e alíneas ao art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 - Código Penal. Parecer do Conselheiro Laurindo Dias Minhoto: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000041/2003-41. Assunto: Relatório de Inspeção Penitenciária no Estado de Alagoas. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **7)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000044/2003-85. Assunto: Reunião comemorativa dos 80 anos de criação dos Conselhos Penitenciários Estaduais. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: à Secretaria do CNPCP para atender as providências cabíveis. Aprovado, à unanimidade. **8)** Processo MJ/GM nº 08001.010752/2003-31. Assunto: Wilson Leodoro Evaristo, solicita anistia para os presos com mais de 60 anos. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo não acolhimento da matéria e devolução dos autos à origem. Aprovado, à unanimidade. **9)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000071/2003-58. Assunto: CDDPH. Pedido de Prisão domiciliar para Francisco Jânio Rogério Gomes. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. **10)** Processo MJ/GM nº 08001.009301/2003-51. Assunto: Notifica o Sr. Ministro do teor das ações de reparação de danos propostos pela Defensoria Pública desse Estado em face do Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. **11)** Processo MJ/GM nº 08001.009106/2003-21. Assunto: Encaminha ações de reparação de danos morais em face do Estado de Mato Grosso do Sul. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. **12)** Processo SAL/MJ nº 08027.000558/2003-50. Assunto: PL nº 5.962/2001, do Deputado ROBERTO JEFFERSON. Dispõe sobre a realização de perícia nos casos de crime contra costumes. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. **13)** Processo SAL/MJ nº 08027.000429/2003-61. Assunto: PL nº 678/2003, do Deputado VALDEMAR COSTA NETO. Reduz a lista das categorias com direito à prisão especial, elimina privilégios da prisão especial e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **14)** Processo SAL/MJ nº 08027.000401/2003-24. Assunto: PL nº 588/2003, do Deputado CORONEL ALVES. Altera a pena do crime de receptação no artigo 180 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do projeto. Aprovado, à unanimidade. **15)** Processo SAL/MJ nº 08027.000621/2003-58. Assunto: PL nº 205/2003, do Senador DUCIOMAR COSTA. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, com o acréscimo de parágrafo que reduz a pena de crime praticado nas

circunstâncias que especifica. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **16)** Processo GM/MJ nº 08001.010390/2003-89. Assunto: PL nº 7.134/2002, da Câmara dos Deputados. Dispõe sobre o Sistema Nacional Anti Drogas. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela conversão em diligência. Aprovado, à unanimidade. **17)** Processo SAL/MJ nº 08027.000454/2003-45. Assunto: PL nº 785/2003, do Deputado WLADIMIR COSTA. Qualifica homicídio praticado contra autoridades policiais, membros do Ministério Público e da Magistratura. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, à unanimidade. **18)** Processo SAL/MJ nº 08027.000435/2003-19. Assunto: PL nº 627/2003, do Deputado CARLOS NADER. Acrescenta inciso VI, no § 2º, do art. 121, do Código Penal Brasileiro – Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, incluindo como homicídio qualificado o crime cometido contra autoridade policial, membro do Ministério Público, da Magistratura, Parlamentares e Advogados. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. **19)** Processo SAL/MJ nº 08027.000305/2003-86. Assunto: PL nº 411/2003, do Deputado RUBINELLI. Acrescentam-se dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 - Código Penal. Aumentando a pena de 1/3 até a metade se o homicídio for cometido contra a autoridade policial, membros do ministério público, magistrados ou agentes públicos. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela aprovação do PL. Rejeitado, pela maioria dos membros. **20)** Processo SAL/MJ nº 08027.000698/2003-28. Assunto: PL nº 903/2003, do Deputado ROGÉRIO SILVA. Dispõe sobre novo limite das penas privativas de liberdade. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **21)** Processo SAL/MJ nº 08027.000814/2003-17. Assunto: PL nº 1.227/2003, do Deputado INALDO LEITÃO. Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689/2003, de 03/10/1941 (CPP) e revoga o Decreto-Lei nº 552, de 25/04/1969, revogando a exigência de remessa dos autos ao Ministério Público no julgamento de *Habeas Corpus*. Parecer do Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva: pela rejeição. Aprovado, à unanimidade. **22)** Processo SAL/MJ nº 08027.000827/2003-88. Assunto: PL nº 1.403/2003, do Deputado ILDEU ARAÚJO. Altera o art. 62 da Lei nº 9.099, de 26/09/1995. Parecer do Conselheiro Rogério Etzel: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **23)** Processo SAL/MJ nº 08027.000826/2003-33. Assunto: PL nº 1.402/2003, do Deputado ILDEU ARAÚJO. Altera o art. 76 da Lei nº 9.099, de 26/09/1995. Parecer do Conselheiro Rogério Etzel: pela aprovação do PL. Aprovado, à maioria dos membros. **24)** Processo CNPCP/MJ nº 08037.000038/2003-28. Assunto: Denúncia - complexo penitenciário CIR (PAPUDA). Parecer do Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos: pelo encaminhamento de ofício à Defensoria Pública do Distrito Federal para conhecimento e providências cabíveis. Aprovado, à unanimidade. No dia seguinte, o Conselho se reuniu para discutir a questão da possibilidade de transferência do preso para outro estado. O Presidente, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, recebeu ofício do Ministério Público solicitando que o Conselho interceda junto ao DEPEN/MJ. Os Procuradores disseram que essa reunião foi muito importante, pois a situação, agora, terá uma dimensão nacional. O Presidente solicitou que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos veja a possibilidade de o preso ser transferido para a Penitenciária de Brasília. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos disse que irá tratar com o Juiz e com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. O Presidente disse que também falará com o Ministro da Justiça e com o Diretor do DEPEN/MJ sobre essa possibilidade. Falou, ainda, que a reunião foi assunto de capa do Jornal Diário de Natal. E que a realização desta reunião foi sob todos os títulos louvável e que o Conselho continuará realizando essas

audiências públicas. O Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia propôs que a Comissão de Inspeção responsável pelo Estado do Rio Grande do Norte faça uma visita para apresentar o quadro da situação carcerária. O Presidente disse que é muito importante a realização desta visita e solicitou que os Conselheiros Ana Sofia Schmidt de Oliveira e Carlos Antico a agendem. Por fim, agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
Presidente